

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.655.352 - RS (2017/0035882-2)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR : GUSTAVO GRANZOTTO MANFRO E OUTRO(S) - RS056521
AGRAVADO : ODIR STRASBURG
ADVOGADO : MARIA LÚCIA SERRANO ELIAS E OUTRO(S) - RS030812
INTERES. : OSCAR STRASBURG

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EMBARGOS DO DEVEDOR. RECONSIDERAÇÃO. APELAÇÃO NÃO CONHECIDA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. APRECIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (ESTADO) ajuizou execução contra ODIR STRASBURG (ODIR), com fundamento em termo de confissão de dívida.

ODIR opôs embargos do devedor, sustentando inépcia, prescrição e excesso de execução.

A sentença julgou parcialmente procedente o pedido, reduzindo a multa contratual ao patamar de 2% sobre o valor das prestações devidas (e-STJ, fls. 106/113).

Interpostas apelações por ODIR e por ESTADO, o Tribunal gaúcho negou-lhes conhecimento, reconhecendo a prescrição, de ofício, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 190):

APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PEDIDO DE DESISTÊNCIA DO RECURSO. Sobrevindo petição informando a desistência do recurso pela parte embargada, impositivo o não conhecimento das razões recursais. RECURSO ADESIVO. NÃO CONHECIMENTO. SUBORDINAÇÃO AO APELO PRINCIPAL. ARTIGO 500, INCISO III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ANÁLISE DA PRESCRIÇÃO. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. Em que pese não conhecidas as razões de apelação do embargado pela interposição de petição de desistência do recurso, necessária a análise da prescrição por se tratar de matéria de ordem pública, que pode ser vista em qualquer tempo e grau de jurisdição, inclusive, de ofício, pelo magistrado.

PRESCRIÇÃO EVIDENCIADA. INCIDÊNCIA DO PRAZO QUINQUENAL CONSTANTE NO ARTIGO 260, §5º, DO CÓDIGO CIVIL. Tratando-se de ação de execução de título extrajudicial o prazo prescricional da pretensão executória ocorre em 5 anos, nos termos do artigo 206, §5º, do Código Civil. Considerando a data do vencimento do contrato de confissão de dívida e o ajuizamento da ação, imperiosa a extinção do feito executivo. Sucumbência redefinida. RECURSO DE APELAÇÃO E APELO ADESIVO NÃO CONHECIDOS. PRESCRIÇÃO ACOLHIDA. EXECUÇÃO EXTINTA.

Rejeitados os embargos de declaração opostos por ESTADO, seguiu-se recurso especial, que foi provido em decisão de minha lavra, reconhecendo omissão.

Em novo julgamento, os embargos de declaração opostos por ESTADO foram rejeitados (e-STJ, fls. 322/326).

Os novos embargos de declaração opostos por ESTADO foram acolhidos, nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 346):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO CONSTATADA. Os embargos declaratórios merecem acolhimento quando configuradas as hipóteses previstas no artigo 1.022, do NCPC. Presença de omissão em relação à incidência ou não do artigo 463, do Código de Processo Civil. ARTIGO 463, DO CPC/73. Tratando-se de questão de ordem pública, a prescrição pode ser alegada a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição e, inclusive, de ofício pelo julgador (§5º do artigo 219, do CPC - diploma processual aplicável à época), não estando sujeita à preclusão, não havendo falar em afronta ao artigo 463, do Código de Processo Civil de 1973. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS.

Novamente opostos embargos de declaração por ESTADO, foram rejeitados (e-STJ, fls. 351/354).

Inconformado, ESTADO interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação dos arts. 463 do CPC/73 e 1.022 do NCPC, aduzindo, em síntese, que (1) o acórdão recorrido permaneceu omissivo; e (2) o não conhecimento das apelações principal e adesiva impedia o reconhecimento da prescrição, de ofício, pelo colegiado.

ODIR ofereceu contrarrazões (e-STJ, fls. 373/383).

Em juízo de admissibilidade, a Vice-Presidência do Tribunal gaúcho

admitiu o apelo nobre.

O recurso especial não foi provido, em decisão de minha relatoria, assim ementada:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CONFISSÃO DE DÍVIDA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. AUSÊNCIA. APELAÇÃO NÃO CONHECIDA. PRESCRIÇÃO. ORDEM PÚBLICA. CONHECIMENTO DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO (e-STJ, fl. 403).

Nas razões do presente agravo interno, ESTADO afirmou que (1) o acórdão recorrido incorreu em negativa de prestação jurisdicional; e (2) o não conhecimento da apelação obstava o conhecimento da apelação, conforme precedentes desta Corte.

Não foi apresentada impugnação.

É o relatório.

DECIDO.

Da reconsideração do *decisum* agravado

O inconformismo manejado no agravo interno merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o agravo em recurso especial foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

A decisão agravada consignou que o acórdão recorrido teria se alinhado ao entendimento desta Corte.

Porém, em novo exame dos autos, observa-se que o acórdão recorrido destoou do entendimento do STJ quanto à possibilidade de conhecimento de matéria de ordem pública em julgamento de recurso não conhecido.

Diante da fundamentação apresentada no presente agravo interno, RECONSIDERO a decisão de e-STJ, fls. 403/410 e passo a novo exame do recurso especial interposto às e-STJ, fls. 360/368.

Do recurso especial

O recurso comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) Da violação do art. 1.022 do NCPC

Os embargos de declaração se destinam a suprir omissão, esclarecer obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, podendo ser-lhes atribuídos, excepcionalmente, efeitos infringentes quando algum desses vícios for reconhecido.

No caso, não existe nenhum dos vícios do art. 1.022 do NCPC, tendo ESTADO apenas manifestado o inconformismo quanto ao entendimento delineado no acórdão embargado, revestindo-se a pretensão de caráter manifestamente infringente, o que não se coaduna com a medida integrativa dos embargos de declaração.

(2) Do reconhecimento de ofício da prescrição

O acórdão recorrido concluiu que o não conhecimento das apelações não impedia o reconhecimento da prescrição, por se tratar de matéria de ordem pública.

Nesse contexto, o acórdão recorrido destoou do entendimento do STJ, reafirmado em julgados mais recentes, no sentido de que o não conhecimento do recurso obsta que o colegiado conheça do mérito, ainda que se trate de matéria de ordem pública. A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AO FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 182/STJ E DOS ARTS. 932, III, E 1.021, § 1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.

APRECIÇÃO DE MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA ARGUIDA NO RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. BARREIRA DO CONHECIMENTO NÃO SUPERADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO. MULTA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. INAPLICABILIDADE.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015, para o presente Agravo Interno, embora o Agravo em Recurso Especial e o Recurso Especial estivessem sujeitos ao Código de Processo Civil de 1973.

II - Razões de agravo interno nas quais não impugnados especificamente os fundamentos da decisão agravada, o que, à luz do princípio da dialeticidade, constitui ônus da Agravante. Incidência da Súmula n. 182 do STJ e aplicação do art. 932, III c/c art. 1.021, § 1º, do Código de Processo Civil.

III - A impugnação tardia dos fundamentos da decisão que não admitiu o recurso especial (somente por ocasião do manejo de agravo interno), além de caracterizar inovação recursal, não tem o condão de afastar a aplicação do referido verbete 182/STJ, tendo em vista a ocorrência de preclusão consumativa. Precedentes das Turmas componentes da 1ª Seção.

IV - A orientação desta Corte consolidou-se no sentido da impossibilidade de análise do mérito do Recurso Especial, ainda que verse sobre questão de ordem pública, quando esse sequer tenha ultrapassado a barreira do conhecimento. Precedentes das Turmas componentes da 1ª e 2ª Seções.

V - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

VI - Inaplicabilidade da multa por litigância de má-fé (arts. 17, VII e 18, § 2º, do Código de Processo Civil de 1973 e 80, IV e VII, e 81 do estatuto processual civil de 2015), porquanto ausente demonstração de que a parte recorrente agiu com culpa grave ou dolo.

Precedente do Supremo Tribunal Federal.

VII - Agravo Interno não conhecido.

(AgInt no AREsp 939.302/PE, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, Primeira Turma, j. em 18/11/2019, DJe 20/11/2019)

ILEGITIMIDADE DOS SÓCIOS DE EMPRESA EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. APELAÇÃO INTEMPESTIVA. CONHECIMENTO

DE OFÍCIO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. I - O recurso especial tem como único fundamento a alegada impossibilidade de conhecimento de ofício da afirmada ilegitimidade dos sócios, tendo em vista a intempestividade da apelação que serviu de instrumento para a apreciação da questão.

II - Ainda que as matérias de ordem pública, notadamente as condições da ação e os pressupostos processuais, possam ser conhecidas de ofício no segundo grau de jurisdição em decorrência do aspecto da profundidade do efeito devolutivo, esse conhecimento está vinculado à presença do pressupostos de admissibilidade do recurso.

III - Ausente o pressuposto extrínseco da tempestividade do recurso de apelação, a matéria de ordem pública nele alegada pela parte apelante não poderia ser conhecida, porque não se ultrapassou sequer a fase de admissibilidade do recurso de apelação.

IV - Recurso especial provido.

(REsp 1.633.948/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, Segunda Turma, DJe 12/12/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA DA LIDE. SÚMULA 7 DO STJ. INCIDÊNCIA. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA.

1. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).

2. Não se conhece de matéria de ordem pública quando o recurso especial não preenche os requisitos de admissibilidade.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 883.053/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, DJe 6/10/2016)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO INTERPOSTO SEM ASSINATURA DO ADVOGADO. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. 1. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. INVIABILIDADE DA VIA ELEITA. DUPLO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE. 2. NÃO VINCULAÇÃO DESTA CORTE AO EXAME PRÉVIO. 3. EMBARGOS REJEITADOS.

1. A jurisprudência deste Tribunal Superior é firme no sentido de que o mero descontentamento da parte com o resultado do julgamento não configura violação do art. 535 do CPC e que os embargos declaratórios não se prestam, em regra, à rediscussão de matéria.

Superior Tribunal de Justiça

2. *É cediço que a verificação dos pressupostos do recurso especial está sujeita ao duplo juízo de admissibilidade, de maneira que a aferição dos requisitos extrínsecos e intrínsecos do apelo pelo Tribunal de origem não vincula esta Corte Superior. Precedentes.*

3. *Embargos de declaração rejeitados.*

(EDcl no AgRg no AREsp 590.154/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, DJe 28/05/2015)

No mesmo sentido, confirmam-se ainda: AgInt no AREsp 201.625/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, j. em 09/08/2016, DJe 16/08/2016 e AgRg no REsp 1.362.340/PI, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Terceira Turma, j. em 20/10/2015, DJe 05/11/2015.

Dessarte, merece reforma o acórdão recorrido, a fim de afastar a prescrição então reconhecida, em face do não conhecimento do apelo.

Nessas condições, **RECONSIDERO** a decisão de fls. 403/410 e, em novo exame, **DOU PROVIMENTO** ao recurso especial, a fim de afastar a prescrição reconhecida pelo Tribunal gaúcho.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de março de 2020.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator